



Anais da Assembléia

N.º 110

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE OUTUBRO DE 1984

ANO X

RESOLUÇÃO N.º 132/84

DATA: 22 de outubro de 1984.

SÚMULA: Dá nova redação ao artigo 73, do Regimento Interno, e determina outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art.1.º - O Artigo 73, do Regimento Interno, mantido o Parágrafo Único que lhe foi acrescido pela Resolução n.º 21/68, de 30 de setembro de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.73- As Sessões Ordinárias terão início às 14:30 horas e durarão, no máximo, 04:30 horas".

Art.2.º - A duração do expediente das Sessões Ordinárias será de 02:30 horas, assim distribuídas:

a) - 30 (trinta) minutos para discussão e votação da Ata da Sessão anterior e leitura dos expedientes, que se acharem sobre a Mesa;

b) - 30 (trinta) minutos, no máximo, destinados aos credores inscritos ou, na falta destes, aos que solicitarem a palavra para versar assuntos de livre escolha, não podendo cada orador exceder o prazo improrrogável de 5 (cinco) minutos, proibidos apartes;

c) - 90 (noventa) minutos, improrrogáveis destinados às lideranças de bancadas e oradores inscritos ou, na falta destes a Deputados que solicitarem a palavra para versar assunto de livre escolha.

I - os 30 (trinta) minutos iniciais serão ocupados segundo a ordem cronológica de inscrição ou de pedido para uso da palavra, para versar de assunto livre escolha, permitido apartes;

II- os 60 (sessenta) minutos finais, divididos equitativamente, serão atribuídos aos Líderes, cabendo uso inicial de palavra àquele que pertencer à bancada do orador antecedente;

III- Aos Líderes de bancadas é facultado delegar a liderados seus o uso da palavra;

IV- Ausente o Líder, competirá ao mais idoso dos vice-Líderes presentes, o uso da palavra ou a indicação de membros da respectiva bancada para fazê-lo;

V- À falta dos Líderes e vice-Líderes, ao mais idoso dos integrantes de cada bancada fica transferida a competência de que tratam os incisos anteriores.

Art.3.º - Fica criada a Tribuna Livre que será realizada em sessão extraordinária, na sexta-feira, com duração de 30 (trinta) minutos, prorrogáveis por 15 (quinze) minutos, a critério da Mesa.

§ 1.º - Ocupará a Tribuna Livre, criada por este artigo, qualquer entidade ou organização de classe, a nível de Estado do Paraná, inclusive partidos políticos legalmente constituídos, sem representação parlamentar.

§ 2.º - As entidades a que se refere o parágrafo anterior, para participarem da Tribuna Livre, deverão estar autorizadas por suas respectivas Assembléias Gerais, legalmente convocadas para este fim, bem como, para escolher o assunto que deverá ser trazido ao Plenário da Assembléia Legislativa.

§ 3.º - Para efetivarem, em livro próprio, suas participações deverão encaminhar à Mesa, a Ata da Assembléia Geral que autorizou a participação, bem como, o tema a ser abordado.

§ 4.º - Com apresentação da Ata dos pretendentes à Tribuna Livre, a Mesa a encaminhará para uma única discussão do Plenário, que votará ou não a sua inclusão na pauta.

§ 5.º - Em se tratando de partido político, para inscrição na Tribuna Livre, é obrigatória a autorização prévia do respectivo Diretório Regional.

§ 6.º - As notas taquigráficas da sessão extraordinária destinada à Tribuna Livre deverão ser encaminhadas, de acordo com o Regimento Interno, pela Mesa, à Comissão competente para o necessário exame".

Art. 4.º - Fica revogada a Resolução n.º 01/80, de 19 de maio de 1980.

Art.5.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de outubro de 1984.

(a) TRAJANO BASTOS
Presidente.

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 101.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 1984.

(QUARTA-FEIRA).

Presidência do Senhor Deputado Nestor Baptista, secretariada pelos Senhores Deputados Erondy Silvério e Anibal Khury.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antonio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caito Quintana, Djalma de

Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quiêlse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setoguetta e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)- Está em discussão a ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem). Senhor Presidente, requeiro chamada nominal, não vejo nem a Liderança do meu Partido, nem a Liderança do Partido de Oposição.

SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)- A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados.

SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela Ordem)- Ouvindo a ponderação da Liderança em exercício hoje do Senhor Deputado Mário Pereira, retiro a minha solicitação de chamada nominal.

SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista)- O Senhor 1.º Secretário lerá o expediente que se encontra sobre a Mesa.

SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Comunicação:

Excelentíssimos Senhores Deputados:

Comunico ao egrégio Plenário que, em razão da ausência do País dos Excelentíssimos Governador e Vice-Governador do Es-

tado, devidamente autorizados por esta Casa, substituirei, nos termos do parágrafo 2.º do artigo 44, da Constituição do Paraná, o Governador do Estado, na presente data, durante a ausência de Sua Excelência.

Ao mesmo tempo, científico o Excelentíssimo Senhor Deputado Nestor Baptista, 1.º Vice-Presidente da aludida substituição, a fim de que assuma, no mesmo caráter, o exercício da Presidência do Poder Legislativo por igual prazo.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1984.

(a) TRAJANO BASTOS

Presidente.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, ouvido o Plenário da Casa, DISPENSA DE PUBLICAÇÃO AOS PROJETOS DE LEI n.ºs:

126/84 - de autoria do Poder Executivo, que o autoriza a fazer doações que especifica aos Municípios e entidades assistenciais, desde que considerados pelos órgãos competentes, inservíveis ao serviço público estadual.

189/84 - de autoria do Deputado Tadeu França, que institui o dia 5 de novembro de cada ano, como sendo o "Dia do Escrivão de Polícia do Estado do Paraná".

196/84 - de autoria do Deputado Márcio José de Almeida, que declara de utilidade pública o "Instituto Londrinense de Instrução e Trabalho para Cegos", com sede e foro em Londrina.

226/84 - de autoria do Deputado Péricles Pacheco, que declara de utilidade pública a "Fundação Cultural Científica e Educacional Guarda Mirim de Telêmaco Borba".

263/84 - de autoria do Poder Executivo, que alterando o orçamento atual do D.E.R., no valor de trinta bilhões, quatrocentos e setenta e três milhões de cruzeiros, cujo Crédito Especial servirá para dar suporte a despesas com obras de construção e manutenção da malha viária do Estado, pagamento de dívidas e para outras despesas de custeio administrativo.

Projeto de Lei Complementar n.º 160/84, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que dá nova redação ao artigo 73, da Lei Complementar n.º 2, de 18.06.73, LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS, conforme específica (Subsídio do Prefeito).

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja encaminhado um voto de louvor

ao Presidente da Companhia de Habitação do Paraná, Senhor Teobaldo Machado, pelo destaque obtido por aquela empresa no "Quem é Quem na Economia Brasileira", da revista Visão, e pelo excelente desempenho da política habitacional paranaense, voltada principalmente para as famílias de baixo poder aquisitivo.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1984.

(a) SABINO CAMPOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da Surehma - Superintendência dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, objetivando a perfuração de um poço artesiano na Municipalidade de Moreira Sales.

O presente requerimento baseia-se na real necessidade de se estender a um maior número de habitantes, o serviço de distribuição de água, através da implantação de um poço artesiano, visto que somente com tal benefício é que será possível, efetivamente, a eliminação dos problemas atualmente vivenciados ante a falta de água.

Diante da exposição de motivos, espera-se dessa Superintendência e Secretaria de Estado do Interior o atendimento da reivindicação ora postulada, que seguramente virá a beneficiar grande parte da população de Moreira Sales, que nos dias de hoje está, em parte, desprovida desse imprescindível líquido, a água potável.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja desenvolvido estudos visando avaliar as reais possibilidades de se estadualizar a Escola Municipal Ladislau Shikorski - Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Goio-Erê.

A Câmara Municipal de Vereadores daquele Município, através de ofício assinado pelo seu Excelentíssimo Senhor Presidente, Toshiyuki Koike, defende a estadualização daquele conceituado estabelecimento de ensino existente na sede de Goio-Erê. De acordo com o referido manifesto oriundo daquele Poder Legislativo Municipal o processo de estadualização trará diversos be-

nefícios de forma imediata, destacando-se, no entanto, o oferecimento de maior número de vagas para interessados, e, consequentemente, a contratação de professores.

Ademais, a estadualização da Escola Municipal Ladislau Shikorski, proporcionará a acentuada melhoria das condições de ensino, visto que atualmente isto não é possível, ante a falta de uma melhor estrutura por parte da administração Municipal (em que pese os incansáveis esforços no sentido de melhor atender aquele educandário), através da permanente manutenção, através de recursos de ordem financeira.

Fora de qualquer dúvida que a postulação da Câmara Municipal de Goio-Erê merecerá dessa Secretaria de Estado da Educação a necessária avaliação, tendo em vista a sua importância para o setor educacional daquele progressista Município.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, no uso de suas atribuições, Requer seja transcrito nos Anais deste Legislativo, o incluso expediente, de autoria de advogados filiados à Ordem dos Advogados do Brasil.

O referido documento é a expressão do ideal democrático do povo brasileiro.

Nele está contido, em síntese, a preocupação pelo futuro da Nação e o sonho na realização do livre direito de todo cidadão em expressar e exercer suas opiniões e decisões, visando o desenvolvimento e engrandecimento da Pátria brasileira.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 281/84

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica instituída a data de 27 de outubro, como o "DIA DO APOSENTADO DO PARANÁ"

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de outubro de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI.

JUSTIFICATIVA:

Ao se propor a instituição do "Dia do Aposentado do Paraná", visa-se render um tributo ao cidadão paranaense, que dedicou uma vida de trabalho em prol do desenvolvimento de nossa terra.

Por julgar a medida aqui proposta das mais justas e oportunas, conclamo os nobres Pares a hipotecarem seu apoio a este plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado. (Pausa). Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do Horário que lhe é reservado. (Pausa). Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB. (Pausa). Havendo declinado,

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 58 Senhores Deputados.

A Mesa com base na Resolução 2/71, abre prazo por três dias consecutivos, a contar de amanhã, 25 do corrente mês, para o oferecimento de Emendas à Proposição n.º 186/84, Proposta de Emenda à Constituição do Estado de autoria do Senhor Djalma de Almeida César.

Sobre a Mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Acir Mezzadri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 29/84, (Mensagem n.º 68/84), que objetiva conceder ao ex-funcionário Público Estadual HERCULANO SCHIMALESKI, pensão mensal de valor equivalente a um salário mínimo regional. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL AO
PROJETO DE LEI N.º 29/84
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica concedida a Herculano Schimaleski, ex-funcionário público estadual, uma pensão mensal no valor equivalente a um salário mínimo regional.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA
Presidente
JORGE MAIA FILHO
Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 233/84, (Mensagem n.º 182/84), que objeti-

va autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Guarapuava, uma área de terreno situada na zona sul da sede do referido Município, medindo 83.231,57 m.², de propriedade do Estado, conforme parte de transcrição n.º de ordem 24.274, do Livro 3-P, Fls. 103, do Cartório do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 233/84
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Guarapuava, uma área de terreno situada na zona Sul da cidade de Guarapuava, medindo 83.231,57 metros quadrados, de propriedade do Estado do Paraná, objeto de parte da transcrição n.º de ordem 24.274, do Livro 3-P, fls. 103, do Cartório do 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava.

Parágrafo Único - A área de terreno objeto da presente doação destina-se à abertura de ruas e parte do "Parque de Exposições Lacerda Werneck".

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de outubro de 1984.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA
Presidente
JORGE MAIA FILHO
Relator.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 50/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Kaloré, o imóvel de propriedade do Estado que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.T.I.C., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 156/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a "AÇÃO SOCIAL SÃO VENDELINO DA PARÓQUIA DO ESPÍRITO SANTO", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 161/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública, o "CENTRO ESPÍRITA FÉ E CARIDADE", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 165/84, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem n.º 136/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Mandaguari, data de terras n.º 20, da quadra n.º 5, havida pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 7.238, do Livro 3-B, de Transcrições do 1.º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana, conforme especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 166/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 131/84), que objetiva dar nova redação ao Art. 2.º, da Lei n.º 7.169, de 18.06.79, a fim de que o Conselho Estadual do Esporte volte à sua antiga denominação de "Conselho Regional de Desportos". Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.C.E., por unanimidade.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 167/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 132/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Porto Vitória, um terreno com área de 2.700,50m², adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 8.911, do Livro 3-1, do Cartório de Registros de Imóveis da Comarca de União da Vitória, na forma que especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 138/84, (Mensagem n.º 92/84 - ex-Proposição n.º 109/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 25.05.79 e Termos Aditivos com datas que especifica, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura e Ministério da Agricultura, através da Delegacia Federal da Agricultura do Paraná, objetivando execução pela CLASPAR, dos serviços que especifica, para fins de Comercialização.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 139/84, (Mensagem n.º 115/84 - ex-Proposição n.º 126/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 14.09.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Figueira, objetivando adoção de ação conjunta com vistas a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 140/84, (Mensagem n.º 76/83 - ex-Proposição n.º 77/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação e Compromisso celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Quitandinha, objetivando a construção do terminal rodoviário de passageiros no referido município.- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 141/84, (Mensagem n.º 130/84 - ex-Proposição n.º 136/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da "FAMEPAR" e os Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "Programa de Mobilização Energética".- Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 142/84, (Mensagem n.º 152/84 - ex-Proposição n.º 155/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento em 29.06.84 e os Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA".- Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 169/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 139/84), que objetiva alterar dispositivos das Leis n.ºs 5.940, de 08.05.69 e 5.944, de 21.05.69, nas partes em que versam sobre concessão de medalhas e condecorações a integrantes da Polícia Militar do Estado, conforme especifica. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C. S.P., por unanimidade.- Aprovado. (Publicado no D.A. 65, de 01/08/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 169/84

PARECER

Oriundo de Mensagem Governamental o presente Plano de Lei tem por finalidade alterar dispositivos das Leis 5.940 e 5944, nas partes em que versam sobre a concessão de medalhas e condecorações aos integrantes da Polícia Militar do Estado, mais especificamente com relação à denominada "Medalha Policial Militar".

Justificando a medida ora proposta, esclarece a mensagem que tal assunto, já submetido ao exame da Inspetoria Geral das Polícias Militares, Órgão do Estado Maior do Exército, mereceu parecer favorável,

tendo em vista que os critérios aqui adotados, em relação aos Oficiais da Corporação, obedecem a legislação Federal atinente à matéria.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre seu aspecto legal e constitucional, temos que o plano de Lei em tela não encontra qualquer óbice quer legal, quer constitucional que possam impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07/10/84

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ANIBAL KHURY

Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 169/84

PARECER

O presente plano de Lei, originário de Mensagem Governamental, propõe a alteração de dispositivos das Leis n.ºs 5940 e 5944, no que se refere à concessão de medalhas e condecorações para os membros da Polícia Militar do Estado do Paraná. Visam tais alterações, principalmente, outorgar uma contagem de pontos positivos para que os integrantes daquela Corporação venham a ser agraciados com tais condecorações, em especial com aquela denominada "Medalha Policial-Militar".

Esclarece a Mensagem, que tal sugestão foi já colocada à apreciação da Inspeção Geral das Polícias Militares, no que aquela se mostrou favorável à medida. Também, no tocante ao aspecto legal, nenhum dispositivo constitucional foi ferido ou preterido pela atual sugestão, ressaltando-se o fato de que os Oficiais da Corporação estão já usufruindo de medalha idêntica.

Diante do exposto, não nos surge qualquer fato que possa impedir a aprovação pela Aprovação deste.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24/08/84.

(aa) OSVALDO ALENCAR FURTADO

Presidente

RUBENS BUENO

Relator

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 171/84, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE KALORÉ", com sede e foro no Município de Kaloré. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publicado no D.A. 66 de 02/08/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 171/84

PARECER

O presente plano de Lei de autoria do nobre Deputado GILBERTO CARVALHO, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Kaloré", com sede e foro no Município de Kaloré.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n.º 6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05/09/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

EZEQUIAS LOSSO

Relator

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 186/84, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA FÉ, LUZ E CARIDADE", com sede e foro no Município de Arapongas. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Publicado no D.A. 72 de 14/08/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 186/84

PARECER

O presente plano de Lei de autoria da nobre Deputada IRONDI PUGLIESI, tem por finalidade declarar de utilidade pública o CENTRO ESPÍRITA FÉ, LUZ E CARIDADE, com sede e foro na cidade de Arapongas.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n.º 6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 12/08/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 187/84, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE SUINOCULTURES", com sede nesta Capital. Com parecer favo-

rável da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado. (Publicado no D.A. 72 de 14/08/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 187/84

PARECER

O presente plano de Lei de autoria do nobre Deputado PAULO FURIATTI, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE SUINOCULTORES", com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria Lei n.º 6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 12/09/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
IVAN GUBERT
Relator.

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 191/84, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO SANTO AGOSTINHO - Ensino de primeiro e segundo Graus", com sede e foro no Município de Palotina. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado. (Publicado no D.A. 74 de 16/08/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 191/84

PARECER

De autoria do nobre Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Santo Agostinho - Ensino de primeiro e segundo Graus, com sede e foro no Município de Palotina-PR.

Constatado que o mesmo se encontra em perfeita consonância com o que preceitua a Lei n.º 6.994, de 10.01.78 que regula o assunto em pauta, somos pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 18/09/84

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
AUGUSTO CARNEIRO
Relator.

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 194/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 153/84), onde objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antonina, imóvel situado à Praça da República, havido

pelo Estado conforme parte da transcrição n.º 899/506, às Fls. 147, do Livro n.º 3-H, de Transcrição das Transmissões, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, conforme específica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 77 de 23/08/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 194/84

PARECER

O projeto de lei em exame, oriundo da Mensagem Governamental n.º 153/84, pretende autorizar o Poder Executivo a doar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Antonina o imóvel situado à Praça da República, havido pelo Estado, conforme parte da transcrição n.º 899/506, às fls. 147, do Livro n.º 3-H, de Transcrição das Transmissões, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Antonina.

Dada a função para a qual o imóvel se destina, servir para a instalação da sede social do referido sindicato, é evidente o elevado alcance social da medida, de inteira conformidade com os interesses do Poder Público e da comunidade.

Por outro lado, a matéria se enquadra nos preceitos constitucionais pois, em se tratando de medida que gera aumento de despesa, é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo a iniciativa em tais projetos de lei.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável à matéria, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 09/09/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
ARTAGÃO MATTOS LEÃO
Relator

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 195/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NÚCLEO SANTA EFIGÊNIA - AMOSE", com sede e foro nesta Capital. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado. (Publicado no D.A. 77 de 23/08/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 195/84

PARECER

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado ANIBAL KHURY, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO NÚCLEO SANTA EFIGÊNIA" - AMOSE, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n.º 6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Ca-

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence de sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12/09/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ERVIN BONKOSKI

Relator.

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 246/84, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Doutor "HERÁCLITO FONTOURA SOBRAL PINTO", conforme especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.- EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado. (Publicado no D.A. 93 de 25/09/84).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 246/84.

PARECER

Em iniciativa das mais felizes, o Projeto de Lei 246/84, de autoria do nobre Deputado Fiori Luiz, pretende conceder ao Doutor Heráclito Fontoura Sobral Pinto, figura insigne das lides jurídicas do País, o Título de Cidadão Honorário do Paraná.

É com grande honra que este Deputado examina, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, uma proposição de tal natureza que vem homenagear uma das figuras ímpares, que pelo seu trabalho, cultura, honradez e firmeza de propósitos, deve, indiscutivelmente, servir de exemplo às gerações vindouras.

Nada tendo a opor quanto ao mérito da concessão e examinando o Projeto do ponto de vista legal e constitucional, constatamos que não há qualquer vício que possa obstar sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 02/10/84.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ANIBAL KHURY

Relator

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do documento intitulado "Carta de Recife", expedido pela Ordem dos Advogados do Brasil.- Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente,

solicitando voto de louvor ao Sr. Presidente da Companhia de Habitação do Paraná, pelo destaque obtido por aquela empresa no "Quem é Quem na Economia Brasileira", da revista Visão.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a perfuração de um poço artesiano no Município de Moreira Sales.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a estadualização da Escola Municipal Ladislau Shikorski - Ensino de primeiro Grau, no Município de Goioerê.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Leis n.º 126, 189, 196, 226 e 263/84, bem como do Projeto de Lei Complementar 160/84.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Chefe da Casa Civil, para que o mesmo determine junto à Secretaria do Planejamento o encaminhamento de cópias dos documentos denominados "Cadastros Financeiros" de todos os Projetos e Atividades de cada um dos órgãos da administração direta e indireta, referente ao exercício de 1985.- Rejeitado.

O SR. ANTONIO BELINATI - (Pela ordem) - Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. MÁRIO PEREIRA - (Pela ordem) - Sr. Presidente, eu acredito que a matéria está vencida. Já havia se passado à outra matéria, quando se pediu a verificação de votação. Portanto, gostaria que fosse dada como encerrada essa votação.

O SR. PRESIDENTE - (Nestor Baptista) A Mesa procederá a verificação de votação, requerida.

(É procedida a verificação de votação).

18 Srs. Deputados rejeitam; 2 Srs. Deputados aprovam.

Não há quorum para votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro

encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1a. DISCUSSÃO - da Proposição n.º 119/84 (Emenda à Constituição).

3a. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 50/83; 156, 161, 165, 166, 167 e 263/84; e dos Projetos de Resolução n.ºs 138, 139, 140, 141 e 142/84.

2a. DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 169, 171, 186, 187, 191, 194, 195 e 246/84.

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 254/84.

Marca ainda, uma sessão extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 126, 189, 196 e 226/84; e do Projeto de Lei Complementar n.º 160/84.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO EDMAR LUIZ COSTA, EM SESSÃO DO DIA 24 DE OUTUBRO DE 1984.

Ordem dos Advogados do Brasil
Seção do Estado do Paraná

"CARTA DE RECIFE"

Os Advogados brasileiros, reunidos na X CONFERÊNCIA NACIONAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, exprimem, neste documento, a síntese de suas preocupações e anseios em torno do tema "DEMOCRATIZAÇÃO", entendido como processo amplo e contínuo de crescente participação de todos nos bens e interesses da sociedade: - no plano político, através do controle do poder, na sua origem e no seu exercício; no plano econômico e social, pelo acesso aos frutos do trabalho e às condições que assegurem o direito a uma vida digna e livre.

A participação da comunidade implica o atendimento das múltiplas exigências que expressam o ideal de democratização em todas as dimensões da vida humana.

O encontro dos advogados brasileiros dá-se em região onde se verifica um dos maiores índices de violação dos direitos humanos, em que milhares de pessoas morrem de fome e outras tantas vivem em estado de miséria absoluta.

Circunda-nos uma realidade exasperante que não é resultado de fatores ambientais, mas de uma estrutura econômica iníqua e de uma estrutura fundiária arcaica não condizente com o desenvolvimento social. Os graves problemas da região recrudescem progressivamente, porque sempre faltou ao sistema aptidão para transformar sua dolorosa realidade, eis que os problemas nordestinos se inserem nacionalmente nas grandes questões políticas.

Aspiração nacional e desejo de mudar se confundem: o ânimo de modificar os alicerces do sistema vigorosamente traduz a inconformidade do povo brasileiro que não mais pode suportar o desumano regime que nos foi imposto e sob o qual ainda vivemos. Ao lado de um flagrante desprezo ao social, temos um sistema econômico fundado na exacerbação dos ganhos de capital em detrimento da atividade produtiva. Isso gera desemprego e centraliza numa minoria a riqueza que deveria ter distribuição justa e equitativa.

O ordenamento jurídico não se adapta aos interesses do povo, tornando o exercício do direito um privilégio para alguns e uma dura abstração para a grande maioria.

A democratização é pressuposto para que o povo possa participar de uma economia de prosperidade. Democratizar é também aplicar a técnica da liberdade e da igualdade à pessoa humana com a necessária segurança dos direitos próprios da maioria e das minorias. A democracia, assim entendida, se apresenta, em si mesma, como um processo evolutivo que conduz a sociedade, da tirania ou da oligarquia, a um regime de justiça e liberdade.

No plano institucional, a eleição de um candidato civil para a presidência da República, por si só, não representa um patamar definitivo na elevação do teor democrático da vida nacional.

Alguns pontos emergem como inevitavelmente presentes no ideário de um governo democrático: o pluralismo político, o restabelecimento das eleições diretas em todos os níveis, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, antecedida da supressão ou da substancial modificação de algumas leis de matizes desenganadamente autoritárias - lei de segurança nacional, lei de greve, legislação eleitoral, legislação sobre partidos políticos e os critérios vigentes para a representação popular - que, no momento, distorcem o sentido da vontade da nação e, em consequência, desnaturam a representatividade de qualquer Constituinte. Esta haverá de ser representativa, livre e soberana, porque não comprometida com a ordem jurídica autoritária pré-existente.

A Assembleia Constituinte deverá instituir de modo solene um novo pacto, a

partir da vontade popular, onde se redefinem as relações entre o Estado e a Nação, entre os Poderes do Estado entre si, entre o Poder Central e os Estados da Federação e os Municípios. Esse pacto social será também a garantia dos direitos individuais e sociais de todos os cidadãos.

Tema fundamental não poderá ser esquecido: a descentralização do poder, fortalecida também pela melhor redistribuição das receitas tributárias e com o efetivo revigoramento da Federação.

O desenvolvimento econômico exige processos eficazes de justa distribuição de renda, que se assentem na organização democrática das empresas e na radical alteração da política salarial. Impõe-se urgente solução do problema da dívida nacional externa e interna e seu controle através dos mecanismos de representação popular.

O processo de democratização impõe-se, ainda, no domínio dos meios de comunicação; na busca de instrumentos institucionais de combate à corrupção; no livre funcionamento dos partidos políticos; na garantia de plena liberdade sindical; na substancial alteração da estrutura fundiária, garantidos o acesso à propriedade, a ocupação da terra e os direitos do trabalhador rural; na implantação de um sistema habitacional justo e realista e de mecanismos de regularização da posse urbana; no direito à educação em todos os níveis e à proteção de uma cultura genuinamente nacional; na superação dos desequilíbrios regionais, compatibilizando o planejamento nacional com a autonomia local.

O efetivo acesso à justiça por parte de toda a sociedade constitui condição necessária do verdadeiro Estado de Direito Democrático. Isto não se fará sem a garantia plena da advocacia e de sua defesa contra a violência e o abuso do poder, que se tem revelado de modo dramático e assustador pelo grande número de advogados mortos e agredidos no exercício da profissão.

A democracia não deverá ceder passo às investidas tutelares do poder militar. As Forças Armadas reserva-se um espaço mais alto, mais democrático, sem a mácula das facções. Elas participarão da legitimidade da democracia pela submissão à lei autorizada e deliberada pelo povo brasileiro.

Por fim, os advogados brasileiros, à maneira de Joaquim Nabuco, aplicam ao processo de democratização o seu ensinamento: "acabar com a escravidão não basta; é preciso destruir a obra da escravidão". Não pode existir democracia sem que antes se destrua todos os resíduos da ditadura.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA ATA DA 31.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da Senhora Deputada AMÉLIA HRUSCHKA. Constatada a existência de número legal, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado HOMERO OGUIDO apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 221/83, de autoria do Deputado Jorge Amin Maia, que declara de utilidade pública o "Centro de Promoção Humana Integral de Marilândia do Sul", com sede e foro na cidade de Marilândia do Sul. PROJETO DE LEI N.º 34/84, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que dispõe sobre eleições diretas para Diretores de Estabelecimentos de Ensino de 1.º e 2.º Graus - Regular e Especial, da Rede Estadual de Ensino. PROJETO DE LEI N.º 73/84, de autoria do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que declara de utilidade pública o "Hospital Regional de Psiquiatria Cândido Berthier Fortes", com sede e foro na cidade de Paranavaí. PROJETO DE LEI N.º 76/84, de autoria do Deputado Ivan Gubert, que declara de utilidade pública a "Associação Teixeiraassoarense de Amparo ao Idoso - ATAI", com sede e foro na cidade de Teixeira Soares. PROJETO DE LEI N.º 212/84, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, que declara de utilidade pública a "Associação dos Cavaleiros da Soberana Ordem Militar de Malta de São Paulo e Brasil Meridional", com sede na cidade de São Paulo. PROJETO DE LEI N.º 220/84, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 170/84, que visa obter autorização para abertura de Crédito Especial no valor de Cr\$ 2.351.000.000, destinados a atender despesas com Outros Custos e Obras de Instalações do Tribunal de Justiça no corrente exercício. PROJETO DE LEI N.º 221/84, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 171/84, que autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Especial para a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, nos valores de Cr\$ 6.950.000.000 e Cr\$ 20.328.000.000, respectivamente, as quais foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela Senhora Presidente e por mim, Lélcio

Guimarães Sotó Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR

Relator.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA ATA DA 32.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência da Senhora Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, constatada a existência de número legal, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 231/84, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 193/84, que autoriza o Poder Executivo abrir crédito especial no valor de CR\$ 460.000.000, ao orçamento atual da Assembléia Legislativa, destinados a atender despesas com obras e instalações. PROJETO DE LEI N.º 234/84, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 183/84, que autoriza o Poder Executivo abrir créditos especiais que alterem os orçamentos da PARANATUR, DIOE e TECPAR, no valor de CR\$ 400.000.000, CR\$ 1.000.000.000, e CR\$ 1.050.000.000, respectivamente, as quais foram APROVADAS sem observações. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela Senhora Presidente, e por mim, Lélío Guimarães Sotó Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR

Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

10.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 19.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Hermas Brandão, Anibal Khury, Edmar Luiz Costa, Tadeu Lúcio Machado, Basílio Zanusso, Ezequias Losso e Augusto Carnei-

ro. Nada havendo a tratar na Hora do Expediente, passou-se a seguinte Ordem do Dia:

1) Projeto de Lei 256/84, do Deputado Hermas Brandão. Declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Claro. Relator Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável. Aprovado. 2) Projeto de Lei n.º 262/84, do Deputado Hermas Brandão. Declara de utilidade pública o Centro de Assistência Social Divina Misericórdia, com sede nesta Capital. Relator Deputado Anibal Khury. Parecer Favorável. Aprovado. 3) Proposição 174/84 do Poder Executivo - Mensagem 163/84. Cópia de termo de convênio 23/84 entre o Estado através da Secretaria de Planejamento e Município de Jundiá do Sul, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao Programa de Mobilização Energética. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável. Aprovado. 4) Proposição 184/84, do Poder Executivo - Mensagem 186/84. Cópia autêntica do 6.º termo aditivo ao convênio entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Agricultura e Ministério da Agricultura, objetivando execução das atividades de defesa sanitária animal, principalmente ao controle e combate de peste suína e doença das aves. Relator Deputado Augusto Carneiro. Parecer Favorável. Aprovado. 5) Projeto de Lei 237/84, do Deputado Ezequias Losso. Declara de utilidade pública o centro Presbiteriano do Bem Estar do Menor- CEPRESBEM, com sede e foro em Foz do Iguaçu. Relator Augusto Carneiro. Parecer Favorável. Aprovado. 6) Projeto de Lei 268/84, do Poder Executivo - Mensagem 208/84. Alterando o vigente orçamento da SUCEPAR, no valor de CR\$ 1.500.000.000, cujo crédito especial tem por objetivo atender despesas com o controle da erosão no Estado do Paraná. Relator Deputado Djalma de Almeida Cesar. Parecer Favorável. Aprovado. 7) Projeto de Lei 267/84, do Poder Executivo - Mensagem 207/84. Visa obter autorização para abertura de crédito especial no valor de CR\$ 1.915.418.000, destinados a atender despesas com material de consumo, outros serviços e encargos do DETRAN. Relator Deputado Edmar Costa. Parecer Favorável. Aprovado. 8) Projeto de Lei 178/84, do Deputado Tadeu França. Estabelece critérios para contratação de apresentações artísticas em feiras agropecuárias e outros eventos, na forma que especifica. Relator Deputado Ivan Gubert. Aprovado o voto em separado do Deputado Edmar Costa, que deu parecer contrário ao Projeto. Rejeitado. 9) Projeto de Lei 135/83, do Deputado Ervin Bonkoski. Autoriza o Poder Executivo criar a Secretaria de Estado do Turismo com finalidade de coordenar, promover, incentivar o turismo no Estado do Paraná e dá outras providências. Relator Deputado Edmar Costa.

Parecer Contrário. Rejeitado. 10) Projeto de Lei 229/84, do Poder Executivo, Mensagem 178/84. Objetivando criar na governadoria os cargos isolados de provimento em comissão que especifica, em como alterar a simbologia dos cargos já existentes e da mesma natureza de provimento. Relator Deputado Ervin Bonkoski. Parecer Favorável. Aprovado. 11) Projeto de Resolução 155/84, do Deputado Caíto Quintana. Regulamenta concessão de Título de Cidadania Honorária, conforme específica. Relator Deputado Ezequias Losso. Através de requerimento do relator o Projeto foi encaminhado a Comissão Especial do Regimento Interno. 12) Projeto de Lei 251/84, do Deputado Hermas Brandão. Declara de utilidade pública a Fundação Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho. Relator Deputado Ezequias Losso. Parecer Favorável. Aprovado. 13) Projeto de Lei 266/84, do Deputado Anibal Khury. Declara de utilidade pública a Associação de Colaboradores do Centro de Reabilitação Sidney Antonio, com sede nesta Capital. Relator Deputado Hermas Brandão. Parecer Favorável. Aprovado. 14) Proposição 179/84, do Poder Executivo - Mensagem 188/84. Encaminha cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná a Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros relacionados com o PRAM, conforme plano de aplicação e procedimentos estabelecidos nos manuais do referido programa. Parecer Favorável. Aprovado. 15) Projeto de Lei 249/84, do Deputado Basílio Zanusso. Denomina Rodovia Julio Zacharias a Rodovia PR 555, que interliga a BR 376 a PR 559, passando pelas sedes dos distritos de Barão de Lucena e Nova Bilac conforme específica. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer Favorável. Aprovado. 16) Projeto de Lei 238/84, do Deputado Antonio Annibelli. Autoriza o Poder Executivo a reverter ao município de Paulo Frontin o imóvel transcrito sob o n.º 11334, às folhas 52 do livro 3-1, do Cartório de Registro de Imóveis de Mallet, conforme específica. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência junto a Secretaria de Administração. Deferido. 17) Projeto de Lei 244/84, do Deputado Edmar Luiz Costa. Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Santa Paula, com sede e foro em Ponta Grossa. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência junto ao autor. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo presidente, pelos deputados presentes e por mim, Osvaldo Marques, secretário.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

Presidente

OSVALDO MARQUES

Secretário.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS**2.ª SESSÃO LEGISLATIVA - 10.ª LEGISLATURA****ATA DA 10.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e três dias do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se ordinariamente, a Comissão de Recursos Humanos, na Sala da Presidência do Plenário, sob a Presidência do Senhor Deputado Odeni Mongruel e presença dos Senhores Deputados Edmar Costa, Acir Mezzadri e Edgard Pimentel, Membros efetivos desta Comissão. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente deu por aberto os trabalhos, passando-se em seguida a leitura da Ata da Reunião anterior, a qual foi aprovada sem observação, passando-se à ordem do Dia, oportunidade em que foi relatado os seguintes PROJETOS DE LEI N.º 41/84 - de autoria do Deputado Roberto Requião e outros - Veda aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, bem como a Fundação do Estado e Companhias de Economia Mista, das quais o Estado seja acionista majoritário, a contratação de serviços de terceiros, conforme específica e dá outras providências. Relator Deputado Edgard Pimentel. Parecer CONTRÁRIO aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI N.º 123/84 - de autoria do Deputado Hermas Brandão - Autoriza contagem de tempo de serviço prestado ao Plano Nacional de Educação do Paraná - GEPLANAPAR, pelos Professores Estaduais, conforme específica. Relator Deputado Edgard Pimentel. Parecer Favorável aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 151/84 - de autoria do Deputado Tadeu França Altera o § 1.º do Artigo 10 da Lei n.º 7.051/78, na forma que especifica. (Nomeação para provimento de cargos em comissão da C.R.E.), será de escolha do Chefe do Poder Executivo. Relator Deputado Odeni Mongruel. Parecer CONTRÁRIO aprovado por unanimidade. PROJETO DE LEI N.º 224/84 - de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 177/84 - objetivando alterar o Anexo I - Resumo dos Quadros de Oficiais, previsto no Art. 2.º, da Lei n.º 7074, de 21.11.78, com modificações já introduzidas pelas Leis n.º 7638, de 10.09.82 e 7815, de 29.12.83, conforme específica. Relator Deputado Odeni Mongruel. Parecer favorável aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião e eu Diva do Valle Cavalcanti, Secretária da Comissão, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Senhor presidente e por mim.

(aa) ODENI MONGRUEL
Presidente
DIVA DO VALLE CAVALCANTI
Secretária.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 33.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência da Senhora Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, constatada a existência de número legal, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o Senhor Deputado Jorge Maia Filho apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 29/84, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 68/84, que encaminha Anteprojeto de Lei, objetivando conceder ao ex-funcionário público estadual Herculano Schimaleski, pensão mensal de valor equivalente a um salário mínimo regional. PROJETO DE LEI N.º 233/84, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 182/84, que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Guarapuava, área de terrenos situada na Zona Sul do referido Município de propriedade do Estado, conforme parte da transcrição n.º de ordem 24.274, do Livro 3-P, fls. 103, do Cartório de 2.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava, as quais foram APROVADAS sem observações. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela Senhora Presidente, e por mim, Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR

Secretário.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 34.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de mil novecentos e oitenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência da Senhora Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, constatada a existência de número legal, a Senhora Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do

Dia, ocasião em que o Senhor Deputado HOMERO OGUIDO apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 90/84, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, que assegura tratamento hospitalar gratuito a integrantes da Polícia Civil, feridos em serviço. PROJETO DE LEI N.º 111/84, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, que dispõe sobre o exercício da Profissão de Sociólogo na Administração Direta e Indireta. PROJETO DE LEI n.º 114/84, de autoria do Senhor Deputado Trajano Bastos, que declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmital. PROJETO DE LEI N.º 118/84, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, que declara de utilidade pública a Associação e Oficinas de Caridade Santa Rita de Cássia, com sede e foro em Cascavel. PROJETO DE LEI N.º 119/84, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública a Sociedade de Assistência Social Samaritanos e Dorcas, da Igreja de Cristo Jesus, com sede em Ourizona. PROJETO DE LEI N.º 126/84, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 107/84, que dá nova redação ao art. 1.º, da Lei n.º 5.406, de 5.10.66, dispõe sobre doações de material inservível ou desnecessário, como especifica. PROJETO DE LEI N.º 131/84, de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Hospitalar de Ibiporã. PROJETO DE LEI N.º 132/84, de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, que institui o Conselho Estadual de Defesa do Ambiente. PROJETO DE LEI N.º 139/84, de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, que declara de utilidade pública, a Associação de Guias de Turismo do Brasil, Seção Paraná, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 140/84, de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Gen. Iberê de Mattos. PROJETO DE LEI N.º 143/84, de autoria do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo, que declara de utilidade pública a Associação de Recuperação dos Alcoólatras de Itapejara. PROJETO DE LEI N.º 144/84, de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel que declara de utilidade pública o Sindicato de Hotéis e Similares de Curitiba. PROJETO DE LEI N.º 148/84, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 120/84, que dispõe sobre composição do Conselho Diretor do Fundo Penitenciário do Estado. PROJETO DE LEI N.º 160/84, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, que dá nova redação ao art. 73, da Lei Complementar n.º 2, de 18.06.73. PROJETO DE LEI N.º 189/84, de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, que institui o dia 05 de Novembro de cada ano, como sendo o Dia do Escrivão de Polí-

cia no Estado do Paraná. PROJETO DE LEI N.º 196/84, de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, que declara de utilidade pública o Instituto Londrinense de Instrução e Trabalho para Cegos, com sede e foro em Londrina. PROJETO DE LEI N.º 226/84, de autoria do Senhor Deputado Péricles Pacheco, que declara de utilidade pública a Fundação Cultural, Científica e Educacional Guarda Mirim de Telêmaco Borba, e PROJETO DE LEI N.º 263/84, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 205/84, que altera o orçamento do D.E.R., no valor de CR\$ 30.473.000, para construção e manutenção da malha-viária do Estado, e dá outras providências, as quais foram APROVADAS sem observações. Nada mais havendo a tratar a Senhora Presidente, encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pela Senhora Presidente, e por mim, Lélcio Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente

LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR
Secretário.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA-10.ª LEGISLATURA ATA DA 10.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta e quatro, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Recursos Humanos, na Sala da Presidência do Plenário, sob a Presidência do Senhor Deputado Odeni Mongruel e presença dos Senhores Deputados Nelson Vasconcellos, Acir Mezzadri e Ferrari Júnior, Membros efetivos desta Comissão. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente deu por aberto os trabalhos, passando-se em seguida a leitura da Ata da Reunião anterior, a qual foi aprovada sem observação, passando-se à Ordem do Dia, oportunidade em que foi relatado os seguintes Projeto de Lei n.º 229/84, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 178 - Objetivando criar, nesta Governadoria, os Cargos Isolados de Provimento em Comissão que especifica, bem como alterar a simbologia de cargos já existentes e da mesma natureza de provimento. Relator Dep. Nelson Vasconcellos. Parecer favorável aprovado por unanimidade. Projeto de Lei Complementar n.º 235/84, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 191/84 - Objetivando dar nova redação ao art. 179, da Lei Complementar n.º 14, de 26.05.82 - (Estatuto da Polícia Civil do Paraná) com vistas a estabelecer normas para revisão

de proventos de inatividade de servidores policiais civis, conforme especifica. Relator Deputado Odeni Mongruel. Parecer Favorável aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião e eu Diva do Valle Cavalcanti, Secretária da Comissão, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim.

(aa) ODENI MONGRUEL

Presidente

DIVA DO VALE CAVALCANTI
Secretária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 10.ª LEGISLATURA -2.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 18.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta e quatro, na sala de Reunião das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Djalma de Almeida César, mais a presença dos seguintes senhores Deputados: Edmar Costa, Homero Oguido, Ivan Gubert, Ezequias Losso, Basílio Zanusso, Artagão Mattos Leão, Gilberto Carvalho, Nelson Buffara e Caíto Quintana. Nada havendo a tratar na Hora do Expediente, passou-se a seguinte Ordem Dia: 1) Projeto de Lei 207/84, do deputado Mário Pereira. Estabelece redução de custas judiciais em 50%, quando devidas pelo Poder Público Municipal. Relator Deputado Anibal Khury. Parecer Contrário. Rejeitado. O Deputado Artagão Mattos Leão votou com o parecer do relator. 2) Projeto de Lei 233/84, do Poder Executivo, Mensagem 182/84. Objetivando autorizar o P.E. doar ao município de Guarapuava, uma área de terra situada na zona sul da sede do município. Relator deputado Artagão Mattos Leão. Parecer Favorável. Aprovado. 3) Projeto de Lei 243/84, do Deputado Edmar Costa. Declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Vila Velha, com sede e foro em Ponta Grossa. Relator Deputado Artagão Mattos Leão. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência junto ao autor. Deferido. 4) Projeto de Lei 112/84, do deputado Ervin Bonkoski. Concede título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Jornalista Samuel Guimarães da Costa. Relator Deputado Basílio Zanusso. Parecer Favorável. Aprovado. 5) Projeto de Resolução 154/84, do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira. Fica assegurado aos funcionários deste Poder, regidos pela CLT, que contém com mais de 10 anos de serviço, a ocupação de cargos vagos, existentes na estrutura de Quadro de Pessoal da ALEP. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer no sentido de que seja

convertido em diligência junto a Comissão Executiva. Deferido. 6) Projeto de Lei 232/84, do Poder Executivo, Mensagem 189/84. Objetivando autorizar P.E. doar ao Município de Tupãssi, um imóvel de propriedade do Estado. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer Favorável. Aprovado. 7) Projeto de Lei 268/84, do Poder Executivo. Mensagem 208/84. Alterando o vigente orçamento da SUCEPAR, no valor de CR\$ 1.500.000.000 cujo crédito especial tem por objetivo atender despesas com o controle da erosão no Estado do Paraná. Relator deputado Djalma de Almeida César. Requerimento de vistas dos Senhores Deputados Ivan Gubert, Artagão Mattos Leão e Edmar Costa. Deferido. 8) Projeto de Lei 267/84, do Poder Executivo, Mensagem 207/84. Visa obter autorização para abertura de crédito especial no valor de CR\$ 1.915.418.000 destinados a atender despesas com material de consumo, outros serviços e encargos do DETRAN, no corrente exercício. Relator Deputado Edmar Costa. Requerimento de vistas dos Deputados Basílio Zanusso e Artagão Mattos Leão. Deferido. 9) Projeto de Lei 128/84, do Deputado Mário Pereira. Dispõe que os valores das multas arrecadadas pelo Estado, em decorrência de infrações de trânsito reverterão aos Municípios, na forma que especifica. Relator Deputado Edmar Costa. Parecer Contrário. Rejeitado. 10) Projeto de Lei 247/84, do Deputado Gernote Kirinus. Declara de utilidade pública o Centro de Integração Comunitária 12 de outubro, com sede e foro em Marechal Cândido Rondon. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência junto ao seu autor. Deferido. 11) Projeto de Lei 230/84, do Deputado Tércio Albuquerque. Institui o Fundo de Terras do Estado do Paraná, constituído de imóveis rurais e das terras devolutas integrantes do patrimônio do Estado que estão sem utilização, e ainda imóveis de outras esferas administrativas, que venham a ser incorporadas, conforme especifica. Relator Deputado Gilberto Carvalho. Requerimento de vistas do Deputado Artagão Mattos Leão. Deferido. 12) Projeto de Lei 178/84, do Deputado Tadeu França. Estabelece critérios para contratação de apresentações artísticas em feiras agropecuárias e outros eventos, na forma que especifica. Relator Deputado Ivan Gubert. Requerimento de vistas do Deputado Edmar Costa. Deferido. 13) Projeto de Lei 250/84, do Deputado Eduardo Baggio. Declara de utilidade pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro em

Faxinal. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer Favorável. Aprovado. 14) Projeto de Lei 255/84, do Deputado Ervin Bonkoski. Declara de utilidade pública o Clube Cultural e Recreativo do Agricultor Antonio Olinto. Relator Deputado Ivan Gubert. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência junto ao autor. Deferido. 15) Projeto de Lei 211/84, do Deputado Odeni Mongruel. Declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Cancer com sede em Ponta Grossa. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer no sentido de que seja convertido em diligência junto ao seu autor. Deferido. 16) Projeto de Lei 218/84, do Deputado Márcio Almeida. Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paranaguá, com sede e foro em Paranaguá. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer Favorável. Aprovado. 17) Projeto de Lei 20/84, do Deputado Tadeu França. Estabelece critérios para o exercício de chefias nos Distritos Sanitários, órgãos da Secretaria da Saúde Pública, conforme especifica. Requerimento de vistas dos Deputados Ivan Gubert e Edmar Costa. Deferido. 18) Proposição 181/84, do Poder Executivo, Mensagem 180/84. Cópia de convênio celebrado entre o Estado através da Secretaria de Planejamento e municípios que especifica. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer Favorável. Aprovado. 19) Projeto de Lei 242/84, do Deputado Edmar Costa. Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Boqueirão, com sede e foro em Ponta Grossa. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer Favorável. Aprovado. 20) Projeto de Lei 193/84, do Deputado Acir Mezzadri. Declara de utilidade pública a Fundação Santo Antonio, com sede e foro em Campo Largo. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer Favorável. Aprovado. 21) Projeto de Lei 200/84, do Deputado Homero Oguido. Declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos Federais do Paraná, com sede e foro em Londrina. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer Favorável. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor presidente encerrou a reunião. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Osvaldo Marques, secretário.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente
OSVALDO MARQUES
Secretário.